

# Ameaça à Publicação Médica no Brasil

Atualmente, o avanço científico é maior do que toda a cultura humana acumulada em sua história. A comunicação pela rede de informática eliminou fronteiras geográficas e a adoção do inglês como idioma internacional permitiu a compreensão da informação publicada. A ciência tornou-se acessível a todos, instantaneamente e quase sem custo.

Há meio século, aceitava-se o domínio científico dos Estados Unidos e dos países considerados alicerces da cultura ocidental, como França, Inglaterra e Alemanha. À medida que outras nações se destacavam em suas pesquisas, eram aceitas nesse círculo restrito. Já nos últimos 15 anos, houve a maior explosão de conhecimento em quase todos os continentes. Essa situação obrigou os centros mais avançados a aumentarem sua produção científica para não perderem a hegemonia. Nos dias atuais, não interessam a autoria nem a procedência do conhecimento, mas a sua importância e contribuição ao desenvolvimento científico.

Nessa corrida científica, o Brasil situa-se entre os países mais ativos, evidenciando as Ciências da Saúde, com destaque para a Medicina. Em poucos anos, o Brasil subiu de uma posição mediana para o 12º lugar em publicação médica mundial.

Mesmo com produção de elevado mérito, os periódicos científicos brasileiros são pouco lidos e permanecem com fator de impacto baixo no cenário internacional. Há muitos trabalhos bons publicados em revistas nacionais, que não conseguem a atenção sequer dos brasileiros. Nesse sentido, a divulgação da nossa ciência nos meios de comunicação nacionais ainda não recebeu o reconhecimento na dimensão de sua envergadura.

Os editores das revistas médicas brasileiras estão trabalhando para que seus periódicos sejam incluídos nas principais bases de dados internacionais. Por maior que seja esse empenho, seu resultado tem sido lento e pouco frutífero, mesmo com a boa qualidade dos artigos publicados em suas revistas.

Se, por um lado, existe o desejo de contribuir para a ciência brasileira alcançar seu merecido lugar, por outro, alguns profissionais, com poder de normatizar e avaliar pesquisadores, ameaçam cada vez mais o desenvolvimento da divulgação médica nacional.

Com a determinação, principalmente dos membros de comitês de assessores em Medicina, de que o valor de um trabalho deve ser considerado pelo índice de impacto da revista em que ele é publicado, presta-se um desserviço à ciência médica brasileira. Avalia-se o meio de divulgação e não o mérito científico inserido em cada artigo, nem a qualidade científica de quem o realizou. Pode até haver boa intenção no estabelecimento dessas normas, porém as premissas com relação à publicação científica precisam ser pensadas de maneira mais racional e principalmente com mais respeito pela intelectualidade científica brasileira.

Todas as grandes revistas iniciaram sem fator de impacto. Ele foi sendo criado e, posteriormente, elevado, graças à persistência de seu corpo editorial em conseguir bons artigos, enviando convites e facilitando a publicação dos principais pes-

quisadores e profissionais de destaque na área de interesse, para atraí-los a esses periódicos. Instituições de fomento à pesquisa e órgãos governamentais foram, em todos os países, fundamentais para apoiar as revistas na busca de autores renomados e em sua divulgação, nacional e internacionalmente. Sem essa contribuição social, política e científica superior, revista alguma teria adquirido fator de impacto.

Um exemplo que deve ser pensado é o da China. Encontram-se trabalhos científicos produzidos por seus pesquisadores em periódicos de vários países, contudo, a maioria dos bons artigos é encontrada nas revistas chinesas, que criaram títulos atrativos em inglês, cujos artigos também são publicados nesse idioma. Graças ao apoio social e à intensa propaganda em nível mundial, por parte de órgãos oficiais, em curto período, muitos desses periódicos foram inseridos em bases de dados internacionais e adquiriram fatores de impacto elevados. Nesse país, os pesquisadores auxiliam-se mutuamente e trabalham em favor de uma ciência melhor, para todos crescerem nas próprias revistas chinesas.

É evidente que a qualidade de um trabalho científico não pode ser quantificada pelo periódico em que ele foi divulgado, pois existem péssimas pesquisas publicadas em excelentes revistas, assim como ótimas investigações, até vencedoras de prêmios, publicadas em revistas consideradas de menor importância. Cabe, ainda, apontar que o trabalho científico deve ser publicado onde é mais lido pelo público-alvo. Não faz sentido publicar uma boa investigação, que diz respeito apenas à comunidade brasileira e que pode contribuir para beneficiá-la, em revista do exterior com fator de impacto alto, porém pouco acessada no Brasil. Todos os trabalhos, mesmo os de extraordinária importância, quando publicados em nosso País, são mal conceituados pelos avaliadores. Não são raros os artigos de revistas brasileiras, desprestigiadas pelos assessores de diversos comitês, que se tornaram referências internacionalmente respeitadas. Qual será o pensamento dos pesquisadores de outros países, ao tomarem conhecimento dessa realidade?

Talvez seja prudente refletir sobre quem os membros dos comitês querem beneficiar quando valorizam um entre muitos autores incluídos, por vezes de forma fraudulenta, em um artigo qualquer publicado em revista de alto impacto, mas desprezam o pesquisador honesto, autor principal de excelentes trabalhos publicados no Brasil.

A tendência colonialista e a autofagia, que deveriam ter sido banidas da cultura nacional há quase um século, ganham nova força dentro do setor social mais nobre, o dos comitês científicos. Os pesquisadores são obrigados a publicar em periódicos de elevado impacto, portanto do exterior, para não serem prejudicados. Os programas de pós-graduação e os institutos científicos são avaliados pelo fator de impacto das revistas em que seus professores, pesquisadores e alunos publicam. Não há a intenção, neste momento, de questionar a idoneidade ou a qualidade científica dos examinadores, mas a sua conduta, sob o aspecto moral.

Com essa normatização preconceituosa, ameaça-se a publicação nas revistas nacionais justamente quando a ciência brasileira começa a ser vista com respeito no exterior e passa a ser referenciada. O mais correto seria apoiar e valorizar a publicação nos periódicos nacionais, para que os pesquisadores de outros países, ao conhecerem os artigos publicados no Brasil, percebam o nosso elevado nível científico e incluam essas revistas entre as lidas internacionalmente. Da forma como está ocorrendo, cria-se uma dicotomia aos olhos do mundo: o Brasil produz ciência de ponta, toda ela publicada no exterior, enquanto suas revistas trazem artigos de menor valia, não condizentes com a categoria superior de seus pesquisadores.

Estudos realizados por grandes pesquisadores brasileiros, patrocinados com verbas provenientes de fontes nacionais, beneficiam revistas de outros países que em nada contribuíram para a ciência de nosso País, mas conseguem melhorar seu fator de impacto. Enquanto isso, nossas boas revistas serão, em breve, obrigadas a desaparecer por falta de apoio das lideranças científicas, que se deixam influenciar por assessores cujas normas são nocivas à divulgação científica nacional.

Os médicos brasileiros, ao serem desafiados, mostraram que são capazes de responder cientificamente, em profusão e qualidade. Espera-se dos ocupantes de posições privilegiadas da ciência médica brasileira, que sejam dignos dos cargos em que estão e estejam à altura dos pesquisadores responsáveis

pelo presente e futuro de nossa nação. Todos os médicos e professores universitários têm o dever de prestigiar nossos meios de comunicação científica em Medicina. Essa atitude não é favor, mas obrigação moral de solidariedade com os colegas e o meio social que nos sustenta.

#### **ANDY PETROIANU**

TCBC, Professor Titular do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina, UFMG; Docente Livre em Técnica Operatória e Cirurgia Experimental da Escola Paulista de Medicina, UNIFESP; Docente Livre em Gastroenterologia Cirúrgica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, USP; Doutor em Fisiologia e Farmacologia - Instituto de Ciências Biológicas, UFMG, Pesquisador I do CNPq, Membro Titular da Academia Mineira de Medicina.  
E-mail: petroian@gmail.com

**NOTA:** Este Editorial foi originalmente publicado em *FEMINA*: Novembro 2011; vol. 39, nº 11. Devido à alta qualidade do texto e à grande importância de se ampliar a divulgação do tema, pedimos autorização para republicá-lo em *RFM*. O editor-chefe de *Femina*, professor Aroldo Camargo, e o autor do manuscrito, professor Andy Petroianu, concordaram com a republicação. Aos colegas, o nosso muito obrigado.